

Moradia, policiamento e operações policiais

A situação urbana das regiões mais desfavorecidas precisa ser objeto de política pública robusta e de longa duração



Glauco Silva de Carvalho
19 de maio de 2021

JOSÉ LUCENA/THENEWS2/FOLHAPRESS



■ Ações em becos e vielas estão entre os quadros mais estressantes para o policial

Eu sei que vão dizer: "lá vem o Glauco querer ser do contra novamente! Onde será que ele se enquadra?" Confesso que, nesse pandemônio chamado Brasil, nem eu mesmo sei mais.

Semana passada, em uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, um policial morreu e outras 28 pessoas tiveram o mesmo destino.

O mundo caiu em cima da cabeça da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Como vivemos na era dos extremos (novamente), gostaria de lançar luz sobre o tema. De uma maneira um pouco diferente.

Meus amigos de Polícia Militar não tardaram em falar: "tá vendo, Glauco? Seus colegas da USP e demais universidades estão sempre a nos atacar. Nunca querem saber a verdade ou o que realmente aconteceu". Outros disseram: "que bom! Agora a Polícia

Civil está vendo como é difícil trabalhar diuturnamente em regiões conflagradas”. Outros ainda afirmaram: “vejam só!!! Foi a PC que fez a merda e, nas manifestações, a esquerda pede a desmilitarização da PM. Viu como eles são preconceituosos?”

Todos estão certos e errados. Vivemos em situações extremas. E extremas sempre são as respostas e diagnósticos. Continuo na minha sina de entender o porquê de um político com viés eminentemente autoritário e antidemocrático ter sido alçado à presidência da República. Essas situações ilustram um pouco mais esse quadro.

Em primeiro lugar e mais importante: a situação urbana das regiões mais desfavorecidas e vulneráveis do País precisa ser objeto de política pública robusta, planejada e de longa duração. O indivíduo que reside em uma favela é provido dos mesmos direitos e prerrogativas legais e jurídicas que a pessoa que mora em região nobre da cidade. Esse pressuposto não pode nunca ser abandonado, esquecido ou desprezado. Mas há que se ponderar sobre o que é o policiamento e como se faz policiamento em áreas suburbanas.

Consoante a literatura anglo-saxã, o policiamento é a atividade de vigilância que busca o cumprimento e a observância da lei, a manutenção da ordem pública e o auxílio de cunho social mais simples e menos complexo. É uma atividade puramente estatal. Não pode ser privada, em que pese que inúmeras áreas Brasil afora sejam policiadas por gangues ou pelo crime organizado.

Policiar áreas conflagradas, vulneráveis e sem estrutura urbana digna não é fácil. Digo por experiência própria. Executar o policiamento em becos, ruelas e vielas estreitas, vias públicas desprovidas de asfalto, áreas com difícil acesso, regiões onde o apoio de outras viaturas é impedido ou demorado, é dos quadros mais estressantes para o policial.

Não à toa, no início deste artigo, afirmo a necessidade de haver uma política de moradia robusta que envolva os três entes federativos. Não há alternativa. Zero. Não existe opção. Largamos milhões de brasileiros à própria sorte. Desprezamo-los como se animais fossem. Estão entre a cruz e a espada. O policial que atira não é por ser preconceituoso ou despreparado, mas porque está muitas vezes com medo e isolado em área na qual sabe que não receberá apoio tão cedo. Ao fim e ao cabo, o morador, que não raras vezes é o próprio policial, é um não-cidadão. Lamentavelmente.

No caso em análise, diversas variáveis merecem ser levadas em consideração. O primeiro a morrer foi um policial civil. Este fato deve ter desestabilizado a tropa, especialmente uma tropa não militar. Mas isso ocorreria com qualquer efetivo. O tiro foi desferido de um buraco feito especialmente para matar policiais. Em segundo lugar, talvez também por falta de experiência, os traficantes já sabiam da incursão. Nessas operações, apenas o Comando, Departamento de Inteligência e Departamento de Operações devem saber o motivo, os objetivos, a área e os alvos a serem atingidos. O efetivo policial recebe envelopes com suas missões minutos antes do embarque e do direcionamento para o local de destino. Eles foram emboscados. Em terceiro lugar, deve-se questionar a fundamentação do MP carioca na solicitação dos mandados de busca e apreensão e de prisão. Não me parece o mais adequado pedir prisão preventiva com base em publicações de internet. Para não me alongar, a última questão é a relacionada à Inteligência. Em que pese amplos seguimentos da Polícia Civil confundirem os conceitos, Inteligência é completamente diferente de investigação.

A situação do Rio não será alterada apenas com ações de investigação. Definitivamente! Mas operações sistemáticas de Inteligência demandam rigoroso planejamento, portentosos recursos, dilatado tempo e incisiva direção. Raros são os departamentos de polícia no Brasil aptos a desenvolver tais atividades. Pena. Continuaremos a persistir no erro, a execrar segmentos policiais, a criar *clusters* de “não cidadãos”.

No caso em tela, antes da crítica pela crítica, cada morte deve ser investigada. Precisamos separar o joio do trigo. As execuções sumárias precisam ser rigorosamente apuradas e seus autores responsabilizados. As mortes de infratores e criminosos legítimas, os policiais precisam ser respeitados. Quando colocamos todos no mesmo patamar, entendemos um pouco por que tantos policiais debandam para o bolsonarismo. Ao fim e ao cabo, diante de tantos óbices, sejam estruturais, sejam circunstanciais, o fosso só aumenta e as diferenças só se robustecem. Não vemos luz no fim do túnel. Pobre país...

Glauco Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

<https://www.fontesegura.org.br/politica-e-policia/cuafn22bhn>

